

COVILHÃ, A *MANCHESTER* PORTUGUESA, E DIAMANTINA, A *ATHENAS* DO NORTE: UM EXERCÍCIO DE APROXIMAÇÃO

LEILA DIAS PEREIRA DO AMARAL¹

COVILHÃ: CIDADE-GRANJA, CIDADE-FÁBRICA,
CIDADE-AMÁVEL

Cova da Beira, Cova e lã, Covilhã². Lugar em cuja designação já estava inscrito seu destino, pois, segundo um ditado popular corrente, “se os filhos de Adão pecaram, os filhos da Covilhã [todos] cardaram” (DIAS, apud PINHEIRO; SILVA, 2012). Desse destino, lanifícios, muito se tem relatado e descrito, bem como registrado e tombado nos termos do Patrimônio Histórico de Portugal, mais especificamente, do Patrimônio Industrial.

O lugar, a cidade, o Concelho³ foi desenvolvendo-se na parte oriental da Serra da Estrela, no Distrito de Castelo Branco, e “alimentada pelas férteis várzeas do rio Zêzere e dos seus afluentes começou por desenvolver-se na ambivalência de uma dupla

1 Pesquisadora do Centro de Estudos Sociais/CES da Universidade da Beira Interior/UBI de Covilhã, Portugal. E-mail: ldp_amaral@hotmail.com

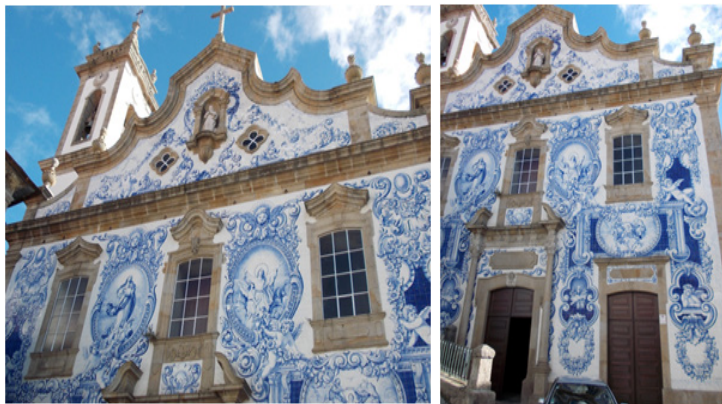
2 Para além das diversas referências correntes acerca da origem do nome “Covilhã”, há uma que mais se aproxima do que aqui se pretende, qual seja, aquela que afirma o local como Covil da Lã.

3 O Concelho é uma divisão territorial administrada por um município/cidade. Covilhã é o município que administra o Concelho da Covilhã, composto por 31 freguesias (menor divisão administrativa) e que pertence ao Distrito (maior divisão administrativa) de Castelo Branco.

realização, sintetizada na descrição lapidar de ‘cidade-granja/cidade fábrica, até o século XIX’ (PINHEIRO; SILVA, 2012, p. 2).

A cidade-granja desenvolveu atividades de plantio e criação de animais, sobretudo os fornecedores de lã. Mas é junto às ribeiras do Goldra (sul) e da Carpinteira (norte) que se iniciou sua história lanífera, desde os tempos medievais, quando a indústria caseira de lã já despontava como uma atividade importante, mas “a montanha, desde os tempos pré-históricos, oferecia as pastagens frescas, perenes e apetecíveis para o gado lanar” (PINHEIRO; SILVA, 2012, p. 3). Em seu tecido urbano, podem ser vistos locais que, ainda hoje, remontam a memórias das atividades laneiras, como a rua do Peso da Lã, a travessa do Tinte, além das edificações que resistem ao tempo e insistem em evocar um passado industrial distante.

Como a maior parte dos povoados medievais, Covilhã desenvolveu-se em torno da Capela de São João de Mártir-in-Collo com algumas poucas edificações. Numa segunda fase, e em razão da reedificação do Castelo, passou a expandir-se ao redor da Igreja de Santa Maria (Figuras 1 e 2). Em 1186, Dom Sancho I, “o Povoador”, concedeu foral de Vila a Covilhã, por seu papel estratégico na defesa do interior e das fronteiras. A muralha em forma de um pentágono irregular possuía cinco portas que, ainda hoje, podemos identificar: a Porta de Altravelho, a Porta de São Vicente, a Porta do Castelo, a Porta da Vila e a Porta do Sol. “No arrebalde, situar-se-ia, desde finais do século XIV, a judiaria que se teria estendido por uma extensa área, estimada em metade da vila” (PINHEIRO; SILVA, 2012, p. 4).



Figuras 1 e 2 – Igreja de Santa Maria. Fonte: Arquivo Leila Amaral.

Portanto, desde a Idade Média, a indústria caseira de lã gozava de um relativo desenvolvimento. Em finais do século XV, começaram a ser construídas, junto à ribeira do Goldra, as primeiras oficinas artesanais destinadas à lavagem da lã e ao acabamento dos tecidos, local que veio abrigar, também no século XVIII, a Real Fábrica de Panos, modelo de indústria que executava as principais etapas da fabricação, referência na produção local. Porém, foi a partir do século XVI que esses estabelecimentos chegaram, também, à Ribeira da Carpinteira, despendendo grandes investimentos, na maioria das vezes com o afluxo de capitais provenientes de cristãos novos, ali refugiados desde 1495.

O primeiro documento legal que tinha como objetivo aperfeiçoar a indústria têxtil e, ao mesmo tempo, protegê-la da concorrência estrangeira foi promulgado em 1570 pelo então rei Dom Sebastião. Tratava-se do Regimento dos Panos, que ao longo do tempo, com alterações significativas, passou a ser mais severo, na tentativa de conter fraudes que diminuíssem a qualidade da produção. Isto ocorria porque o tradicional sistema de fabrico em Covilhã dava-se da seguinte forma:

Chamam-se fábricas uns agregados de oficinas, aonde a lã entra em rama e sai convertida em tecido ultimado. Chamam-se fabricantes

a todos os que se propõem fazer tecidos em branco, para os vender neste estado, depois do pisão. Estes fabricantes não tem oficinas suas e, à exceção duma ou de outra operação, todas as mais se fazem em oficinas dispersas, que cada um levanta para negócio. As manufaturas destes fabricantes que designo com o nome de fabrico volante, são mais imperfeitas. Acabam-se nas mãos do mercador, aonde, pelas fraudes, adquirem o descrédito das Fábricas, por entrar tudo na denominação geral de manufaturas da Covilhã (DIAS, apud PINHEIRO; SILVA, 2012, p. 7)⁴

Diante de tal situação, em 1710, Dom João V estabeleceu um contrato de fabrico dos fardamentos para o exército, em regime de monopólio, procurando defender os panos nacionais. Porém, a situação das fraudes se agrava e na segunda metade do século XVIII, os Inquéritos Industriais Pombalinos serviram de subsídio para uma expressiva intervenção estatal. Institui-se a Real Fábrica de Panos, em 1764, que continuaria controlando as encomendas para o fardamento do exército. Identificada como fábrica modelo, concentrava todas as operações do fabrico dos panos e proporcionava intenso desenvolvimento da indústria local nesse período. Interessante observar que, em 1771, no Arraial do Tijuco, foi implantada, pela Coroa Portuguesa e dentro das reformas pombalinas, a Real Extração, sob o Regimento Diamantino, o mais severo e que perdurou até o fim da mineração dos diamantes.

No reinado subsequente, Dona Maria I, objetivando o desenvolvimento da indústria nacional, criou a Real Junta de Administração das Fábricas do Reino e Águas Livres que promoveu a privatização da administração das fábricas reais, por períodos de 10 anos e com privilégios e subsídios por parte da Coroa. Ainda segundo Pinheiro e Silva,

...Em 1803, destacam-se já na Covilhã, pela dimensão e pelo número de operários, cinco fábricas completas com privilégios reais. Destas, salienta-se a Real Fábrica, com mais de três mil trabalhadores. Nas

4 Observa-se que o conceito de fábrica ainda se mostra em sentido lato, como algo vago e impreciso. Está fortemente associado ao local onde se processa a concentração dos instrumentos e dos métodos de trabalho, sob um mesmo teto e uma mesma direção e onde se realizam todas ou algumas das operações de transformação, com o objetivo de obter um produto qualquer. A sua lenta clarificação acompanha o aumento e a diversificação da produção (PINHEIRO; SILVA, 2012).

instalações principais desta laboravam 356, dos quais 67 eram aprendizes, enquanto 219 trabalhavam nas escolas de cardação e fiação [...]. Contabilizavam-se ainda 1.375 mulheres, que trabalhavam em rodas de fiar pertencentes à Real Fábrica, exercendo trabalho a domicílio. (PINHEIRO; SILVA, 2012, p. 8)

Daí em diante, com a crescente profissionalização e os avanços tecnológicos, um processo de desenvolvimento da indústria de lanifícios desencadeou uma série de transformações no tecido urbano e em sua zona de influência. A designação de cidade vem, em 1870 – na mesma década, acontecia a inauguração da fábrica têxtil de Biribiri, em Diamantina –, consolidar esse processo e consagrá-la como “cidade-fábrica” até aos anos 1980. Segundo Pinheiro e Silva (2012), o Inquérito Industrial de 1890 registrava 670 estabelecimentos, oficinas ou casas de trabalho das quais 577 eram de pequena indústria e 93 consideradas fábricas. Dessa forma

O ordenamento espacial da cidade e os seus próprios anéis de crescimento submeteram-se aos condicionalismos resultantes do mais estrito aproveitamento da riqueza energética das ribeiras, favorecendo a extensa industrialização da paisagem. Desde os inícios do século XIX que, aproveitando os caudais em declive acentuado destas ribeiras [Goldra e Carpinteira], foram instaladas as primeiras rodas de propulsão vertical, montadas em série, para uma mais racional utilização da água. [...] A oitocentista “cidade-fábrica” covilhanense, na sequência do surto industrial têxtil que acompanhou a primeira guerra mundial (1914-1918), motivado em grande parte pela desarticulação industrial sofrida pelos países beligerantes, passou a estar integrada, provavelmente como nenhuma outra cidade portuguesa, no grupo das cidades colmeias que são lá fora os centros industriais importantes. (PINHEIRO; SILVA, 2012, p. 3-9, grifo nosso)

Devido ao seu papel pioneiro no processo de industrialização de Portugal, Covilhã, “[...] por um conjunto de poderosas razões de natureza geográfica e histórica, transformou-se, paulatinamente, num dos mais ativos pólos da indústria portuguesa, especializado numa mono indústria do subsector dos lanifícios. A importância que foi assumindo no contexto da economia regional e nacional justificou-lhe o epíteto de *Manchester portuguesa*”. (PINHEIRO; SILVA, 2012, p. 2)

Passando por momentos cíclicos, os lanifícios marcaram a trajetória histórica, econômica, cultural e social de Covilhã. Para Domingos Vaz (2008), ela constituiu-se como um “enclave da industrialização”, no qual o entrelaçamento da fábrica com a malha urbana atingiu tamanha densidade que lhe valeu aquela classificação de “cidade-fábrica”. “Toda a população vivia para as fábricas, de uma forma intensa, viviam e trabalhavam para a lã. Os lanifícios foram a base e continuam a ser uma memória vivida” (VAZ, 2008, p. 3).

A *Manchester* de Portugal, portanto, conheceu períodos áureos de grande produção industrial em que o esforço e a existência de uma certa aptidão natural do labor covilhanense para essa atividade são reconhecidos com orgulho (VAZ, 2008). Um desses períodos, na primeira metade do século XX, foi o derradeiro momento de fulgor industrial de Covilhã. A cidade contava, em 1945, com “140 unidades de produção, que empregavam mais de 6.000 operários. Em 1954, estavam instalados 1.334 teares mecânicos e 723 manuais, contando com 310 empresários e mais de 7.000 operários” (PINHEIRO; SILVA, 2012, p. 10). A população total do Concelho da Covilhã, em 1960, alcançava os 70.000 habitantes, constituindo-se como o maior centro populacional da Beira Interior. Para que se tenha uma ideia do retrocesso posterior a essa fase, atualmente o Concelho conta com 51.797 habitantes residentes (Instituto Nacional de Estatística de Portugal – INE).

A maioria dessa população era composta pelos trabalhadores da indústria, o que proporcionou o desenvolvimento de uma cultura operária, fundamentada nas sociabilidades comuns aos trabalhadores desta indústria. Os grupos recreativos eram os locais de convívio dessa cultura, onde as pessoas promoviam “os escapes à vida dura do trabalho”. Organizavam torneios, competições de atletismo, jogos e atividades culturais, bailes, festividades e angariavam fundos, utilizados para ajudar financeiramente os sócios em dificuldades, doença ou privação. A coletividade criava mecanismos de solidariedade e mutualismo, de modo que o termo “cultura operária” é utilizado por Mineiro (2013) mais para designar o forte associativismo que se desenvolveu entre

os trabalhadores dos lanifícios em Covilhã do que em contraposição a uma “cultura burguesa”, mais elevada.

Num contexto de escassez de serviços desportivos e culturais de Estado, as atividades desenvolvidas nos grupos recreativos assumiram uma centralidade na vida dos jovens e das famílias, um pretexto para o encontro em várias atividades geradoras de sociabilidades fundamentais para a coesão social e cultural local (MINEIRO, 2013). Esses grupos foram responsáveis pela criação de inúmeras bandas nas diversas freguesias em que se instalaram. Além de animar os bailes e as festas comemorativas, as bandas fortaleciam aquele caráter associativista, nos diversos encontros de ensaios, mesmo sem uma efetiva profissionalização dos músicos. Os repertórios eram as músicas tradicionais da região, fortemente marcadas pelos cantos realizados nas atividades pastoris.

Apesar da imigração de mestres e tecelões europeus, a afluência da população aldeã, atraída pelo trabalho fabril, foi uma constante durante todo o período de desenvolvimento industrial em Covilhã. Esse processo, segundo Vaz (2008, p. 4), acabaria por conduzir a uma situação de prevalência de um perfil socioprofissional homogêneo, compreendido pela predominância prolongada e esmagadora do operariado industrial em contraposição à minoria de proprietários fabris. Este foi o perfil social que se manteve, praticamente inalterado, até a década de 1980 e que produziu uma estrutura social dicotômica e um mundo profundamente estratificado, economicamente, socialmente e até culturalmente, entre industriais e operários.

Porém, no tecido urbano, até o último quartel do século XX, a densidade populacional numa encosta de montanha, no espaço exíguo entre os vales cavados de duas ribeiras e onde se concentrou parte da atividade fabril, era muito alta. Desse modo, aquela estrutura social dicotômica nem sempre era muito visível, já que as casas de operários e industriais se misturavam nas mesmas ruas, com algumas diferenças de construções não tão marcantes. Era na produção dos espaços públicos contrastantes e nas modalidades de apropriação que a estratificação se

evidenciava. “Estes eram frequentados, ou só por industriais, ou só por operários” (VAZ, 2008, p. 5). Os cafés, tradicionais pontos de encontro de toda a gente, também assim eram. Havia o café Monte Alto, frequentado somente pelos industriais e alguns quadros médios, enquanto os operários frequentavam o café Montanha.

A acentuada crise do modelo de desenvolvimento industrial local que passou a delinear-se a partir de finais da década de 1950, bem como a adesão de Portugal à European Free Trade Association – EFTA, favoreceram o surgimento de novos mercados concorrenciais. Tais acontecimentos evidenciaram a necessidade de renovação do parque industrial covilhanense e, também, da criação de novos modelos de gestão empresarial que vençassem a condição da estreita esfera familiar em que sempre se moveram as fábricas locais. Mudanças no regime político depois da Revolução do 25 de Abril⁵ e uma forte crise energética acen-tuaram ainda mais a instabilidade da indústria têxtil de Covilhã, deixando descapitalizadas muitas fábricas. Uma série de falências em cadeia foi a rotina nesse período,

[...] transformando a cidade industrial num espaço social depressivo e sem futuro. Os amplos e inanimados espaços industriais foram-se transformando em sucessivas ruínas. [...] Esta situação representava, aos olhos dos covilhanenses, o símbolo marcante da irrecuperável crise da indústria, constituindo-se um sinal claro da degradação de uma cidade que passou a autointitular-se, frequentemente, até meados dos anos 80, de ‘cidade-fantasma’. [...] (PINHEIRO; SILVA, 2012, p. 10-11)

Essa desindustrialização que, a partir da década de 1980, tornou-se mais efetiva, acelerou a mudança de paradigma, daquele em que a cidade e o Concelho sempre se reconheceram, para outro tão incipiente quanto mobilizador. Uma preocupação em salvar-guardar as memórias industriais, também colaborou para que a “fisionomia do lugar” passasse a se redefinir.

5 Também conhecida como Revolução dos Cravos, ocorreu em 25 de abril de 1974. Trata-se do golpe que libertou Portugal do regime ditatorial do Estado Novo, vigente há mais de 40 anos. A partir de então, o país passou por profundas transformações e a viver o regime democrático de governo.

A Universidade, então, foi assumindo o controle dos prédios das antigas fábricas. Primeiramente todo o complexo da Real Fábrica de Panos e da Real Fábrica Veiga, na ribeira do Goldra, onde estão os Polos I, II e III (Figura 3), que abrigam as Faculdades de Ciências Exatas, com os cursos de matemática, física e química; as Engenharias, com os cursos de ciência e tecnologia têxtil, ciências aeroespaciais, arquitetura e engenharia civil, informática; Faculdade de Letras e Artes, com os cursos da área de Letras (português, inglês e espanhol), de Comunicação (jornalismo, publicidade e relações públicas) e Artes (design e cinema). O Polo IV (Figura 4) foi estabelecer-se na extinta fábrica Ernesto Cruz, próximo à ribeira da Carpinteira, por volta de 1996-1997. Os cursos que agora compõem a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas funcionavam no edifício do curso de matemática. A Faculdade é formada pelos departamentos de Gestão e Economia, de Ciências do Desporto, de Psicologia e Educação e de Sociologia. A Faculdade de Ciências da Saúde aproveitou uma unidade da Real Fábrica Veiga (escritório e armazéns), mas funciona, também, em prédio novo que não está no universo da reabilitação de prédios das antigas fábricas têxteis.



Figura 3 – Polos I, II e III da UBI. Fonte: Arquivo Leila Amaral.



Figura 4 – Polo IV da UBI Fonte: Arquivo Leila Amaral.

Observa-se na Figura 3 o complexo de edifícios pertencentes à extinta Real Fábrica de Panos e Real Fábrica Veiga, que abarca os prédios no entorno da, ainda preservada, chaminé e onde está localizado, também, o Museu de Lanifícios⁶, bem como aqueles mais ao fundo, em tons de vermelho. Na Figura 4, o Polo IV, junto à Ribeira da Carpinteira, cujo som de suas corredeiras pode ser ouvido das salas da Biblioteca e de outras tantas que compõem o aproveitamento da antiga fábrica Ernesto Cruz. A Universidade assumiu, dessa forma, a missão no sentido de estabelecer o seu desenvolvimento “numa prestigiante ação de recuperação de edifícios fabris com traça histórica e qualidade arquitetônica, contribuindo para a necessária revitalização da cidade, a partir da replicação do modelo aplicado na Ribeira do Goldra”. (PINHEIRO; SILVA, 2012, p. 11)

6 Esse importante Museu, construído pela UBI, é um marco na salvaguarda das memórias laníferas, posto que, em suas visitas guiadas, tem-se completa recriação do fazer fabril têxtil das primeiras fábricas de Covilhã, principalmente da tintura dos tecidos.

O papel desempenhado pela criação da Universidade da Beira Interior (UBI) foi fundamental para a reconversão pela qual passou Covilhã. Primeiramente por seu papel na salvaguarda das memórias industriais dos lanifícios, mas, principalmente, pela crescente feição universitária que a cidade foi assumindo. Como bem sintetiza Vaz, a universidade surgiu como

[...] sinal não apenas da sua 'eventual' reconversão, mas também da sua potencial projeção simbólica que 'reformula' as anteriores imagens da cidade, culturalmente autocentrada e tradicionalista. [...] São muitas as potencialidades atribuídas à Universidade da Beira Interior, algumas já efectivadas e muitas outras ainda em perspectiva. Deste modo, são fortes as expectativas que os atores depositam nesta instituição, concebendo-a como o grande símbolo da modernidade. Além da repercussão económica, primeira consequência da criação da universidade, é com optimismo que se anseiam os seus impactes nas dinâmicas de desenvolvimento local e regional. (VAZ, 2008, p. 8)

Delineia-se, assim, a "cidade-amável", novo epíteto expresso no universo de uma qualificação colocada por Milheiro (2009), concretizada a partir do Programa Polis⁷ e da valorização das memórias industriais, evidenciando uma nova paisagem cultural que acompanha a evolução da cidade. (PINHEIRO; SILVA, 2012)

DIAMANTINA, A *ATHENAS* DO NORTE

Minas Gerais, diamantes, Diamantina. Encastoadada na parte central da Serra do Espinhaço, é na atividade diamantífera que se assenta sua designação. Parafraseando o ditado covilhanense, "se os filhos de Adão pecaram, os filhos de Diamantina (todos) garimparam". Sobre essa atividade diamantífera na região, muito

7 Covilhã foi uma das dezoito cidades portuguesas beneficiadas pelo Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental de Cidades (POLIS) aprovado em resolução do conselho de ministros nº 26/2000 e financiado pelo Fundo de Desenvolvimento Regional (FEDER) para ser aplicado de 2000 a 2008, em parceria com o Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território e a Câmara Municipal. O "Viver Covilhã, Programa POLIS" tinha como objetivo melhorar a qualidade de vida na cidade por meio de intervenções nas vertentes urbanística e ambiental, com o intuito de promover a atratividade e a competitividade. A justificativa ainda era pautada pela necessidade de salvaguardar os seus mais importantes núcleos do patrimônio industrial, localizados junto às ribeiras do Goldra e da Carpinteira. Para mais informações sobre esse programa consultar Milheiro (2009).

se tem documentado e estudado, bem como tombado e musealizado. Comparando-se com os demais aglomerados urbanos mineiros, o (começa aqui) “então “Arraial do Tejuco”, cidade Diamantina, é um aglomerado urbano singular nas Minas Gerais” (VASCONCELOS, 1959, p. 57). Enquanto aqueles se constituíram linearmente, ao longo de estradas, que se mantinham apesar dos acidentes geográficos ou por força do estabelecimento de comércios que atendiam regiões circunvizinhas, o Tijuco adotou uma forma quadrangular, mais concentrada, com ruas e becos que lhe dão uma dimensão de rede e não de linearidade.

O ouro encontrado nos córregos Piruruca e Tijuco, bem como nas grapiaras, deram início ao estabelecimento do Arraial. Mas, foi com a descoberta dos diamantes que o desenvolvimento do tecido urbano acentuou-se. Para Vasconcelos (1959, p. 123), “cabe observar que o diamante jamais ocorreu na área ocupada pela povoação”. Isto se infere de inúmeros documentos relativos às proibições de se minerarem terrenos diamantíferos e que excluíam, a pedido da população, os morros que vertem para o São Francisco, ou seja, a área povoada.

Assentada, contudo, a inexistência de diamantes na área ocupada pelo arraial, e as restrições impostas às faisqueiras, mais fortes exatamente no período em que a povoação tomava pé e se consolidava, pode deduzir-se que, embora fruto do diamante, não se configurou ela, diretamente, em razão das minerações ou das extrações. E ainda mais: aquelas se localizaram na periferia do arraial, limitando-o e não ampliando-o, como em Ouro Preto, onde cada mina, nos morros, originava uma construção residencial, multiplicando arruamentos. [...] Como as lavras diamantíferas se encontravam a considerável distância, principalmente nas margens do Jequitinhonha e do Ribeirão do Inferno, não pode restar dúvida de que a interferência das minerações na urbanização local foi bastante diminuta, restringindo-se quase ao período de sua iniciação. (VASCONCELOS, 1959, p. 124)

Essa não interferência afirmada pelo autor é apenas relativa, posto que se vivia para a mineração no Arraial em formação. A localização das extrações, no entanto, influenciou sobremaneira na constituição do espaço urbano que, por não depender da posição das minas, formou-se de maneira mais organizada, “reticular”, quase dentro das recomendações da Coroa para a

constituição dos aglomerados urbanos, embora não se conheçam determinações reais que tivessem dado origem à sua urbanização “reticular”. (VASCONCELOS, 1959)

O fato de encontrar-se em uma encruzilhada de caminhos de três importantes bacias hidrográficas – São Francisco, Doce e Jequitinhonha – evidenciava condições excelentes de grande desenvolvimento para o Arraial. O que realmente ocorreu, apesar da Demarcação do Distrito Diamantino e de todas as restrições impostas pela Coroa no Regimento de 1771. Exemplo disso é que, embora Vila do Príncipe fosse a capital da Comarca do Serro do Frio e, portanto, sede do governo, o Arraial do Tijuco tornou-se mais populoso e importante, pois encontrava-se mais próximo aos rios repletos de diamantes e para onde afluíam os “homens de negócio”, expressão que designa os donos de grandes capitais que se dedicavam ao setor atacadista, o comércio por grosso, emprestavam dinheiro a juros e arrematavam da Coroa a cobrança de diversos impostos, entre outras atividades que exigiam grandes somas de dinheiro. (FURTADO, 2003) Dessa forma,

lelm pouco tempo esse Arraial do Tijuco exerceria no norte da Capitania de Minas uma influência análoga à de Vila Rica na parte central. Todos os negócios convergiam para ali [...] atraíra o famoso arraial uma população numerosa, que em pouco tempo levava a vida opulenta, graças ao intenso comércio de que era o centro. [...] O Arraial do Tijuco ostentava uma prosperidade espantosa [...]. Uma opulência deslumbradora reinava no Arraial, [...] onde, não obstante a distância dos portos do mar e a precariedade dos meios de transporte, todo ele em costa de animais, se levava uma vida de luxo e regalos como na própria metrópole. (LIMA JÚNIOR, 1978, p. 61-64)

Em razão das diversas restrições da Coroa e do monopólio dos diamantes, uma expressiva concentração de renda em mãos de poucos acentuou-se no Tijuco. Essa concentração de riquezas determinou uma estratificação social marcante, “agrupando, de um lado, os beneficiários do favor real – intendentess, contratadores, servidores públicos, senhores de grande cópia de escravos, atacadistas etc. – e, de outro, dependentes dos primeiros – faiscadores independentes, tropeiros, lojistas, pretos e mulatos,

forros etc.” (VASCONCELOS, 1959, p. 133) Entre esses dois grupos fortemente caracterizados figuravam ainda aventureiros, pequenos comerciantes e atravessadores de economia instável. Assim configurada a sociedade, observa-se a constituição de uma quase “aristocracia local”, com os requintes na educação e a opulência da alta sociedade, tão presente nos relatos dos viajantes europeus que estiveram no Tijuco, cidade Diamantina, no início do século XIX.

Minha tarefa não estaria perfeita se, após ter dado a conhecer a situação da capital do Distrito dos Diamantes, seu clima, seus edifícios públicos, eu não dissesse qualquer coisa a respeito dos habitantes desta bela aldeia. Em toda a Província de Minas encontrei homens de costumes delicados, cheios de afabilidade e hospitaleiros; os habitantes do Tijuco não possuem tais qualidades em menor grau, e, nas primeiras classes da sociedade elas são ainda acrescidas por uma polidez sem afetação e pelas qualidades de sociabilidade. Encontrei nesta localidade mais instrução que em todo o resto do Brasil, mais gosto pela literatura e um desejo mais vivo de se instruir. Vários moços, cheios de nobre entusiasmo, aprenderam o francês, sem terem mestres; conhecem nossos melhores autores e alguns mesmo, praticando muito entre si, chegaram a falar nossa língua de modo inteligível com o auxílio único de uma gramática muito mal escrita. Os habitantes do Tijuco são principalmente notáveis na arte caligráfica e podem a esse respeito rivalizar com os mais hábeis ingleses. Tanto quanto pude julgar eles não são menos hábeis na arte musical que os outros habitantes da Província, e uma missa cantada que assisti na Igreja de Santo Antônio não me pareceu inferior à que assisti alguns meses antes na Vila do Príncipe. (SAINT-HILAIRE, 2004, p. 33)

Neste universo de requintes culturais, sobressaem alguns personagens que contribuíram, enquanto patronos das artes, no singular Arraial. Os contratadores, como vimos, estavam entre os homens mais ricos do vasto Império Português. Um dos que mais se destacou nesse papel de “fausto do Tijuco” foi João Fernandes de Oliveira (o filho). Nas palavras de Furtado (2003, p. 73), “era um rapaz coberto de glória, cuja trajetória, cuidadosamente planejada pelo sargento-mor João Fernandes de Oliveira⁸ (o pai),

8 João Fernandes de Oliveira, o pai, nasceu em Santa Maria de Oliveira. De origem humilde, era um “sem nome”, ou seja, oriundo das classes populares de Portugal, que não tinham sobrenome de família. Os “sem nome” distinguiam-se pela adoção dos

refletia o processo de notabilização e ascensão social que o antigo contratador dos diamantes procurava estabelecer para sua família, à medida que enriquecia”.

João Fernandes, o filho, nasceu no Brasil, em 1727, e aos 13 anos foi para Lisboa estudar, sempre atendendo aos planos do pai de ascensão social. No seminário de São Patrício, em regime de internato concluiu os primeiros estudos. Alguns anos depois, em 1743, foi aceito na Universidade de Coimbra, no curso de Cânones, que habilitava tanto para o exercício do direito civil quanto do direito eclesiástico e eram fundamentais para quem pretendia tornar-se magistrado ou dignitário da Igreja. Tornou-se bacharel, em 1747, e doutor no ano seguinte, quando, também, tornou-se membro da Ordem de Cristo, a mais importante entidade religiosa do reino, que tinha como grão-mestre o próprio monarca. Em meados da segunda metade do século XVIII, apesar de não possuir desembargadores na família e de ser brasileiro, impedimentos expressivos para ascender ao cargo, foi nomeado desembargador para o Tribunal da Relação do Porto. Porém, para dar continuidade aos contratos estabelecidos no Brasil por seu pai, o jovem desembargador retornou à terra natal em 1753 e, no mesmo ano, instalou-se no Arraial do Tijuco. (FURTADO, 2003)

Nesse mesmo ano, logo após sua chegada, assumiu suas funções como contratador dos diamantes em lugar do pai, que havia retornado a Lisboa em 1751, e comprou, de Manuel Pires Sardinha, por 800 mil réis, a escrava parda Francisca da Silva, a Chica. “Teria João Fernandes comprado Chica com a intenção de tomá-la como companheira? É provável; o certo é que passados alguns meses, a relação entre eles já existia e, em dezembro do mesmo ano, o jovem desembargador registrou na Vila do Príncipe a carta de alforria de Chica, que havia comprado pouco antes”. (FURTADO, 2003, p. 104) Em 1754, já livre, a agora Chica da Silva tornara-se proprietária de casa e escravos.

derivados de localidade onde nasciam, Manuel Francisco de “Braga” distinguia-se de Manuel Francisco de “Bragança”, surgindo assim os Oliveira, os Barcelos, os Coimbra etc. (LIMA JÚNIOR, 1978)

Provavelmente, antes dessa união, já havia algum “mecenas” no arraial, pois já existia uma casa de óperas, a mais antiga de Minas Gerais, segundo Furtado (2003). “Mas foi o casal que estabeleceu uma espécie de corte no arraial, impulsionando as artes e toda forma de requinte”. (SANTIAGO, 2010, p. 98)

Quando João Fernandes chegou ao arraial, já funcionavam plenamente as Irmandades do Santíssimo, com sede na matriz de Santo Antônio, e a do Rosário, com sede na igreja de mesmo nome. Durante o período de sua permanência, fundaram-se mais três novas Irmandades, do Amparo (1756), do Carmo (1758) e de São Francisco (1762), com igrejas próprias, para a construção das quais o desembargador contribuiu sobremaneira. Segundo Furtado

No arraial do Tejuco, como em toda a capitania, a construção das igrejas, a devoção aos santos, a organização de cultos e ritos católicos eram responsabilidades das irmandades que reuniam os leigos, tendo em vista que as ordens religiosas haviam sido proibidas de lá se instalar. Pertencer a uma irmandade era essencial para a organização e a identificação dos homens nos núcleos urbanos que iam se constituindo, já que a religião católica era fundamental na vida cotidiana. Por isso, não eram exclusivas dos brancos; agregavam também negros e mulatos e tornaram-se reflexos das estratificações raciais e sociais que então existiam. (FURTADO, 2003, p. 168)

Essas Irmandades eram, antes de mais nada, mecanismos de exteriorização do lugar social ocupado por cada um e retratavam as hierarquias sociais do século XVIII, como discutido anteriormente. Além disso, as Irmandades, por terem se propagado de forma intensa na Capitania, atraíram a atenção da Coroa que viu nelas um importante aliado, passando a desenvolver uma gama de estratégias para obter o seu apoio, sobretudo nas questões financeiras. (FERNANDES; CONCEIÇÃO, 2007)

João Fernandes, Chica da Silva e seus filhos foram membros das principais irmandades do arraial, tanto de brancos e mulatos quanto dos negros. No Tijuco, os mais ricos congregaram-se nas irmandades de São Francisco e do Carmo. Como as missas dominicais constituíam-se no principal espaço de sociabilização do Tijuco, onde todos viam e eram vistos, oportunidades ímpares para tornar pública a posição ocupada na sociedade do arraial,

grande foi a contribuição do desembargador para garantir o acesso de sua companheira. Diferentemente do que acontecia no Rio de Janeiro, em Salvador e em Sabará, os forros e seus descendentes, no Tijuco, filiaram-se às não tão exclusivas Irmandades dos brancos, ou seja, no Distrito Diamantino, as mulheres de cor encontraram ambiente favorável à reinserção social. (FURTADO, 2003)

A Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo ou Irmandade do Carmo era a mais elitista do arraial e sua igreja foi totalmente financiada por João Fernandes e doada à irmandade em 1764. (FURTADO, 2003) A construção de uma igreja demandava uma gama de artistas e profissionais, desde arquitetos a pintores, carpinteiros e entalhadores. A igreja do Carmo, destacava-se das demais por possuir a sua torre erguida nos fundos do prédio⁹. Os trabalhos de douramento e pintura do seu interior foram feitos pelo guarda-mor José Soares de Araújo, o mais importante artista local. No teto da nave central, o artista retratou, em perspectiva, o arrebatamento do profeta Elias aos céus em carruagem de fogo. O belo prédio do contrato, atual Palácio Episcopal, local em que trabalhava o desembargador e a imensa casa de sua companheira, atual museu Casa de Chica da Silva e sede do IPHAN, bem representam a ostentação com que viviam.

As Irmandades, como já afirmado, desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento da arte musical no Tijuco. Nesse “quadro religioso leigo, que prevalecia antes da intensificação da reforma da Igreja, as Irmandades puderam livremente contratar seus músicos e celebrar rituais”, favorecendo a constituição de um sistema cultural mais livre, devido à falta de uma fiscalização mais evidente do clero mineiro. No processo de formação da capitania de Minas, as primeiras ações coletivas relativas à organização dos arraiais e vilas destinavam-se à construção de uma capela, à formação de uma Irmandade e à contratação de um músico). Nas festas promovidas por cada Irmandade a seu santo de devoção, eram os músicos amplamente

9 Reza a lenda que tal fato deve-se à determinação de Chica da Silva, a fim de que o som dos sinos não perturbassem o seu sono. (SILVA, 1975)

requisitados, tanto para tocar como para compor, demonstrando que, no arraial, a profissionalização desses músicos foi algo imprescindível. Nesse sentido,

[...] a música era um ofício, uma profissão que podia ser desenvolvida, sem a necessidade de se procurar outro trabalho que exigisse dedicação complementar. [...] Uma legião de músicos, principalmente de mestiços livres ou alforriados por circunstâncias diversas, esmerava-se no desempenho de sua arte, em busca de independência econômica e afirmação social perante as elites. (FERNANDES; CONCEIÇÃO, 2007, p. 31-33)

Como não poderia deixar de ser, João Fernandes e Chica da Silva organizaram uma banda de música, utilizada em diversas ocasiões, tanto religiosas quanto profanas. Furtado (2003) relata os dizeres, em carta, de um escrivão da Junta da Fazenda de Vila Rica, que tinha frequentado os saraus promovidos pelo desembargador e, tentando imitá-lo, teria organizado uma banda de escravos tal a que tinha visto no Tijuco, a banda de mulatos do contratador. Chegou a pedir a este, partituras variadas e ainda se queixava da falta de cantores como os que ouvira na banda do amigo. Há relatos também de uma banda criada por Felisberto Caldeira Brant, contratador do terceiro contrato, anterior a João Fernandes (o filho): “É da tradição, aliás não muito remota, [...] que aí tocava, em dias festivos, uma banda de música que deixou fama. As figuras eram todas negros cativos pertencentes ao Brant, que executavam ‘de orelha’ satisfatoriamente”. (MACHADO FILHO, 1985)

Mas era na famosa chácara, no bairro da Palha, que realmente se revelaram os mecenas do Tijuco. Nas palavras do memorialista:

Era um magnífico edifício em forma de castelo [...] soberbamente construído, com sua rica e linda capela, uma espaçosa sala, que servia de teatro particular, o único que então havia ou era permitido, com todos os petrechos necessários; com seu delicioso jardim de exóticas e curiosas plantas, cascatas artificiais, fontes amenas cujas águas corriam por entre conchas e cristais, sombreado por arvoredos esquisitos, transplantados da Europa. [...] Era neste palácio que nos dias festivos do Contratador se reuniam seus amigos e pessoas importantes do Tijuco: havia aí suntuosos jantares, [...] à tarde passeios no jardim, [...] à noite bailes e representações teatrais. [...] por um ato de vandalismo injustificável foi ultimamente destruído para com seus materiais

formarem-se dentro da cidade casas de mau gosto, era um dos poucos monumentos que ainda nos restavam testemunhando os tempos feudais do Tijuco. (SANTOS, 1976, p. 124)

Naquele teatro, muitas montagens teatrais foram encenadas, “geralmente de tom jocoso, as chamadas óperas, estilo que mesclava texto e música cantada”. (FURTADO, 2003, p. 184) Na chácara de Chica da Silva, foram representadas: “Porfiar amando”, “Xiquinha por amor de Deus”, “Os encantos de Medeia” e “O Anfitrião”. Para termos uma ideia do investimento realizado pelo contratador João Fernandes e sua companheira na montagem das peças, algumas haviam sido encenadas, anteriormente, em grandes centros urbanos. É o caso de “Porfiar amando” e “O Anfitrião”, apresentadas em Santo Amaro da Purificação, na Bahia. Esta última e “Os encantos de Medeia” foram encenadas pela primeira vez no Teatro Público do Bairro Alto, em Lisboa, e são da autoria de Antônio José da Silva, o judeu¹⁰. Alcançaram tanto sucesso na capital portuguesa que, transformadas em pequenos libretos, foram difundidas por todo o império.

A encenação desses libretos na chácara da Palha, revela que o arraial acompanhava os sucessos teatrais do Reino, e, portanto, havia trânsito cultural fértil e constante. Eram espetáculos que exigiam o domínio da arte cênica, mas não só: contavam com a participação de conjuntos de musicais e de coro, o figurino era composto de trajes variados e elegantes, e muitas das vezes espetáculos de pirotecnia e outros divertimentos encerravam as apresentações. (FURTADO, 2003, p. 186)

Todo esse incentivo à arte promovido por João Fernandes e sua companheira deitaram raízes e frutificaram poderosamente. Com o fim do regime de contratos, “a aristocracia tijuicana passou a ser composta pelos ocupantes dos cargos mais elevados da intendência, que administrava [...] toda a demarcação”. (Santiago, 2010, p. 104) Com algumas exceções, não possuíam esses intendentess veleidades artísticas ou expressivo saber científico, nem tampouco a riqueza dos contratadores. Não era mais o tempo dos grandes eventos, ao estilo João Fernandes, mas de maneira geral, as artes continuaram a ser mantidas, agora pelas

10 Este autor de peças teatrais nasceu no Rio de Janeiro em 1705, mas foi queimado no auto-de-fé de 1739, em Lisboa, acusado de herege judaizante. (FURTADO, 2003)

irmandades. Como a relação com a música sempre foi marcante no Tijuco, se perpetuaram os saraus, agora no interior das casas e muitas vezes restritos ao espaço familiar.

Outros aspectos demonstram a frutificação das sementes lançadas à época dos contratos, como por exemplo, o desenvolvimento da imprensa, tendo como primeiro jornal o Eco do Serro fundado em 1828. Muitos outros foram criados ao longo de todo o século XIX e início do século XX. Destacam-se O Jequitinhonha (1860), fundado pelo memorialista Joaquim Felício dos Santos, A Ideia Nova (1879), O Liberal do Norte (1887), A Estrela Polar (1903), A Diamantina (1909), Voz de Diamantina (1936), dentre uma diversidade de outros jornais. Ainda atuam hoje A Estrela Polar e Voz de Diamantina.

A construção do Teatro Santa Isabel, na década de 1830, também pode ser relacionada àquele período de efervescência cultural do século XVIII. O prédio que antes havia sido um quartel de polícia foi adaptado para se tornar um teatro passando a funcionar em 1838. “O teatro, esse tinha o seu lugar de honra entre as inúmeras diversões, repetidas em associações organizadas ou emergidas à tona da alegria do momento. Teve edifício, teve compositores, teve artistas e teve frequentadores” (MACHADO, 1980, p. 203). Após anos de atividade, o teatro fechou e seu prédio foi demolido. No lugar, se construiu uma cadeia pública, que funcionou de 1912 a 1994. Depois de 172 anos, iniciaram-se as obras para a implantação de um novo teatro, também denominado Santa Isabel, que continua em plena atividade.

Com relação à instrução, desde 1721 havia uma carta régia do então rei Dom João V, para que, em cada Vila das Colônias, se estabelecesse um mestre para ensinar a ler, escrever, contar e o latim. Porém não há registros de que isso se tenha cumprido no Tijuco. (MACHADO, 1980) Nos tempos dos Caldeiras Brant, entre 1748 e 1751, afirma Santos (1976, p. 68): “Algumas noções de primeiras letras e da doutrina cristã, era o que tínhamos, e isso mesmo em escolas particulares. Só algumas famílias abastadas podiam mandar seus filhos a Coimbra prosseguir estudos superiores”. Essas mesmas famílias é que mandavam vir de longe

mestres de política e civilidade. Um dos principais fatores que se opunham ao desenvolvimento do ensino no período colonial era o parco recurso do subsídio literário, que mal dava para pagar os vencimentos anuais dos professores. Some-se a isso, o estado rudimentar da família em formação e o fato de boa parte da população ser formada por índios e escravos, que ainda no século XIX não podiam frequentar as escolas. Apenas as pessoas livres podiam frequentar escolas públicas. (MACHADO, 1980)

O ensino primário e secundário em Minas foi organizado pelo governo somente em 1828. No Tijuco, criou-se uma escola de primeiras letras e manteve-se a de latinidade. Em 1852, foi fundado o Ateneu São Vicente de Paulo, pela Sociedade Promotora da Instrução Pública, tendo funcionado até 1863. O Seminário, outro estabelecimento de ensino de grande expressividade em Diamantina, foi fundado pelo Bispo Dom João Antônio dos Santos, antigo diretor do Ateneu. Começou a funcionar na Casa do Contrato, atual Arquidiocese da cidade, em 1866, e em prédio próprio, ao lado da Basílica, em 1868. Muitos alunos desta instituição despontaram em altos postos do governo, inclusive Juscelino Kubitschek. Ainda funciona, na formação eclesiástica, atendendo noviços de várias regiões do país. O mesmo Bispo atuou, também, na criação de uma Escola Normal, entregue às irmãs de São Vicente de Paulo em 1866 e que formou inúmeras professoras do ensino público diamantinense.

Bom, foram, certamente, os contratadores que, “com seus ricos diamantes, transformaram o pequeno arraial num polo regional [cultural], mais tarde chamado mesmo ‘Athenas do Norte’” (SANTIANO, 2010, p. 92, grifo meu), em referência ao berço da cultura ocidental, a civilização ateniense. Do norte, porque o arraial do Tijuco, cidade Diamantina, era o mais “civilizado” de todo o norte da Capitania de Minas, já na metade do século XVIII. Embora o processo de elevação à Vila tenha sido tardio em relação às demais freguesias da mesma época, a Intendência constituiu-se como fator de desenvolvimento urbano. O conjunto formado pelo setor minerador, o mais importante, a agricultura mercantil, as manufaturas de ferro, madeira, cerâmica e algodão, acompanhando um expressivo e diversificado mercado consumidor,

proporcionou ao arraial um dinamismo capaz de levar sua população a desenvolver o gosto pela leitura e pelo refinamento dos hábitos, nos moldes das elites europeias (FERNANDES; CONCEIÇÃO, 2007).

O epíteto teria surgido em meados do século XIX, provavelmente cunhado pelas elites locais, sobretudo para evidenciar a importância da agora cidade Diamantina em relação ao norte de Minas e para afirmá-la politicamente, mas também, em referência ao intenso fluxo de escrita e leitura da imprensa local, que culminaram em projetar a cidade no cenário nacional. Em texto, possivelmente escrito no jornal "O Lutador", o padre missionário e escritor Júlio Maria¹¹ afirmou: "Além do progresso material, Diamantina foi sempre o berço de muitos literatos, artistas e homens *sciencia-ninho*, onde se emplumaram muitas águias que devassaram as mais altas regiões do saber. Cabe-lhe pois, com verdade e justiça, o epitheto de *Athenas* do Norte". (PASSADILHO VIRTUAL, 2009)

Diferentemente de Covilhã, na qual o epíteto de "cidade-fábrica" constituiu-se em consequência de uma mono-indústria, os lanifícios, Diamantina não recebeu um epíteto por sua atividade econômica mais expressiva, o garimpo, embora as memórias dessa atividade estejam salvaguardadas, principalmente, no Museu do Diamante. Porém, ela nunca foi reconhecida como "cidade-garimpo". A atividade mineradora concentrou-se fora do núcleo urbano, enquanto uma gama de outras atividades se desenvolveram no seu interior, diversificando sobremaneira o tecido urbano. A "*Athenas* do Norte" ficou assim conhecida por sua intensa atividade cultural, embora fortemente marcada pela extração dos diamantes. Os tempos são outros e outras as atividades culturais, mas Diamantina ainda guarda aspectos desse epíteto e é, atualmente, reconhecida pela mesma intensa

11 O Padre Júlio Maria de Lombaerde nasceu na aldeia de Beveren na Bélgica e veio para o Brasil em 1912. Depois de trabalhar nas missões no nordeste e em Macapá, estabeleceu-se em Manhumirim-MG em 1928, onde fundou o jornal "O Lutador", no qual escrevia textos combativos para a época. Para saber mais, ler "Padre Júlio Maria, sua vida e sua missão", do Bispo de Taubaté, Dom Antônio Afonso de Miranda.

atividade cultural, embora seja, também, a “cidade-universitária”, sua nova designação.

TURISMO CULTURAL EM COVILHÃ E DIAMANTINA

Um exercício de aproximação requer dos objetos em questão, no caso duas cidades, algumas similitudes, porém é necessário ter como referência, também, suas realidades autônomas. Assim, cotejar as cidades de Covilhã e de Diamantina é possível, na medida em que alguns pontos de convergência podem ser evidenciados, sejam eles relacionados à história, à população, à economia, entre outros.

Tal como Covilhã, incrustada na Serra da Estrela, no vale do rio Zêzere e na Beira Interior de Portugal, Diamantina se encontra no complexo da Serra do Espinhaço, no vale do rio Jequitinhonha, emoldurada pela Serra dos Cristais, na parte centro-norte do Estado de Minas Gerais, no sudeste brasileiro. A cadeia de montanhas que compõe a Serra do Espinhaço abrange os estados de Minas Gerais e Bahia, tendo como um dos pontos mais altos o Pico do Itambé, com mais de 2.000 metros e avistado de diversas ruas de Diamantina. A Serra da Estrela, por sua vez, alcança, em seu cume mais alto, a Torre, 1.993 metros de altitude e é compartilhada por três municípios: Covilhã, Seia e Manteigas.

Por meio do Decreto-lei n. 557/76, foi criado em 16 de julho de 1976, o Parque Natural da Serra da Estrela. De acordo com o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas de Portugal (ICNF) trata-se de local que compreende importante acervo do patrimônio natural, paisagístico e cultural, devendo, portanto, ser protegido. Já o complexo da Serra do Espinhaço foi reconhecido pela Unesco, em 2005, como Reserva de Biosfera, por ser uma área de transição de três biomas: Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga. Com uma área de aproximadamente 3.000.000 hectares e abrangendo 53 municípios, compõem essa reserva várias unidades de conservação (UCs), entre elas o Parque Estadual do Pico do Itambé, criado por meio do Decreto-lei n. 39.398, de 21 de janeiro de 1998. Com uma área de 4.696 hectares, o parque

possui riquezas naturais como cachoeiras, cursos d'água e vegetação únicas. Abriga, também, várias nascentes e cabeceiras de rios das bacias do Jequitinhonha e Doce.

Além do valor natural e paisagístico do Pico do Itambé, vale ressaltar seu valor histórico-cultural por se tratar de um marco geográfico fundamental, guiando os viajantes que cruzaram a Capitania de Minas Gerais nos tempos coloniais e, com certeza, também, os deslocamentos dos povos indígenas. Esses marcos geográficos são, muitas vezes, chamados de “referências culturais”, pois são referenciados por inúmeras pessoas pela sua importância na paisagem, pelo valor afetivo que despertam, por sua relação de proximidade com alguma cidade, por seu valor como elemento de contemplação etc. (HONNEN, 2008). No caso específico da região de Serro e Diamantina, há que se valorizar também a relação do Pico com estas cidades históricas tombadas e com o percurso do Caminho dos Diamantes, trecho da Estrada Real, que será apresentada mais adiante. Da mesma forma, a Serra da Estrela deve ser entendida como arcabouço de inúmeras “referências culturais”, representativas de uma região e sua gente, fortemente marcadas pela transumância e pela atividade lanífera.

Com uma população de 51.797 habitantes, Covilhã é um Concelho formado por 31 freguesias e pertence ao Distrito de Castelo Branco, como observou-se anteriormente. Diamantina (Figura 5) é um município do Estado de Minas Gerais, com aproximadamente 48.000 habitantes distribuídos em 22 distritos e povoados (IBGE). Num universo de 18 distritos, 307 Concelhos, com suas respectivas sedes e freguesias, Covilhã (Figura 6) figura como a 14^a cidade de Portugal em qualidade de vida – IDH acima de 0,800 –, sendo a melhor da Beira Interior (Jornal Expresso). Diamantina (Figura 3) ocupa o 1.193^o lugar no ranking nacional das melhores cidades do Brasil em qualidade de vida – IDH de 0,723 –, num universo de aproximadamente 5.570 cidades brasileiras. Em nível estadual, é a 118^a melhor cidade, das mais de 800 de Minas Gerais.



Figura 5 – Estado de Minas Gerais - Diamantina



Figura 6 – Distrito de Castelo Branco Covilhã

Fonte: http://dc426.4shared.com/doc/PW_HoNrU/preview.html.

Fonte: <http://www.terrasdeportugal.wikidot.com>

Com relação à economia, Diamantina apresenta um PIB de R\$ 355.585,00 em valores correntes. Desse valor, R\$ 271.030,00 são recursos advindos do setor de serviços, em boa medida fomentado pelo turismo. A agropecuária gera recursos de R\$ 13.403,00 do PIB e a indústria, R\$ 48.527,00 (IBGE). O PIB de Covilhã alcança os €\$ 355.100,00 e 68,3% da população ativa encontra-se empregada no setor de serviços (PORDATA), também com expressiva atuação da atividade turística no Concelho. Das demais atividades econômicas que se destacam, a indústria emprega 29,4% e a agricultura, apenas 2,3%.

Esses dados evidenciam uma aproximação entre Diamantina e Covilhã, com relação ao desenvolvimento do setor de serviços. Ambas são, antes de mais nada, cidades históricas, com patrimônio cultural reconhecido, repletas de “lugares de memória”, que, para Nora (1993, p. 7), são aqueles lugares onde a memória se cristaliza e se refugia. Diamantina é Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural Nacional desde 1938 e Patrimônio Mundial desde 1999. Covilhã tem um patrimônio arquitetônico considerável,

com bens classificados (Figura 7) e em vias de classificação, além de um extenso trabalho de reconhecimento do seu patrimônio industrial, executado principalmente pela UBI. Os Museus de Arte Sacra, de Arte Contemporânea, de Lanifícios e do Queijo, compõem, também, o quadro de atividades culturais da cidade.



Figura 7 – Pelourinho da Covilhã. Ao fundo o Teatro Cine.

Fonte: Arquivo Leila Amaral.

Some-se a esse patrimônio, as áreas de preservação e os parques estaduais e nacionais que envolvem as duas cidades. Nesse sentido:

Tem sido à volta do património urbano que muitas cidades procuram delinear estratégias de modernização e lançar-se no jogo da concorrência global. O património tornou-se um recurso incorporado nos projectos de regeneração económica e cultural das cidades, nomeadamente na captação de uma das indústrias mais globalizadas – o turismo cultural e patrimonial – e no domínio da criação de uma cultura urbana capaz de reforçar a atractividade das cidades. Assim

se explicam as tendências para a preservação e requalificação dos tecidos urbanos tradicionais que evidenciam um assumido gosto pela recriação do passado, pela valorização da memória e das tradições. Este reconhecimento pelos significados do passado está na origem de operações de recuperação e preservação das chamadas memórias colectivas que as cidades sedimentam, em particular os seus centros históricos. (VAZ, 2010, p. 203)

Tanto Diamantina quanto Covilhã, recebem, há tempos, políticas públicas de preservação e revitalização de seus centros históricos. Diamantina vem-se definindo, cada vez mais, como um destino turístico em que se ressalta sua dimensão cultural. Recentemente, a cidade foi incluída no PAC¹² Cidades Históricas que destinará recursos para a revitalização e conservação do centro histórico, além de criar uma linha de crédito para os proprietários de bens tombados, caso necessitem de restauração. Em torno de R\$ 29 milhões serão distribuídos em 13 ações (IPHAN).

O PAC Cidades Históricas é uma ação intragovernamental, articulada com a sociedade para preservar o patrimônio brasileiro, valorizar a cultura e promover o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade e qualidade de vida para os cidadãos (IPHAN). O patrimônio cultural aparece, aqui, como eixo indutor e estruturante do desenvolvimento, claro, em sua principal interface, o turismo cultural. Em complementação ao Programa Monumenta¹³, que já vem atuando nas cidades históricas de todo o país, todas essas ações tem o objetivo de fomentar a atividade turística, posto que, os fluxos de visitantes que buscam as cidades históricas, cada vez maiores, constituem uma demanda que se insere numa lógica de busca por produtos de memória (SILVEIRA; GASTAL, 2010).

12 O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi criado em 2007, no segundo mandato do governo Lula da Silva. Dentre as inúmeras ações desenvolvidas pelo programa em diversas áreas, encontramos o PAC Cidades Históricas 2013.

13 O Programa Monumenta foi criado pelo Ministério da Cultura em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e iniciou suas atividades no ano 2000. Procura conjugar recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social. Atualmente, atua em várias cidades históricas das diversas unidades federativas do país. Mais informações disponíveis no sítio: www.monumenta.gov.br.

Em Covilhã, o “Viver Covilhã, Programa POLIS”, já apresentado no início deste artigo, teve suas ações justificadas pela necessidade de salvaguardar seus mais importantes núcleos do patrimônio industrial, localizados junto às ribeiras do Goldra e da Carpinteira. Dessa forma:

Constituiu-se em uma das mais amplas e inovadoras intervenções urbanísticas realizadas na Covilhã, visando uma maior sustentabilidade urbana e contribuindo para melhorar significativamente a mobilidade dos cidadãos, para tornar coesa a cidade, reconciliando-a com alguns dos mais significativos testemunhos do seu passado, através da aposta na valorização cultural de uma singular paisagem industrial (PINHEIRO; SILVA, 2012, p. 15)

Dentre as principais ações do Programa destacam-se a introdução de jardins e parques, o enquadramento paisagístico dos edifícios existentes, a recuperação do patrimônio industrial, a articulação dos tecidos urbanos e a ligação entre as duas margens das ribeiras por meio de pontes pedonais (MILHEIRO, 2009). Essas ações visam, também, requalificar o centro histórico da cidade e atrair um número cada vez mais expressivo de visitantes. Como afirma Luís:

No fundo, sendo Portugal um país que tradicionalmente acolhe um número significativo de turistas, os quais contactam e perspetivam a nossa realidade de múltiplas formas, compreende-se a aposta na diversificação da oferta, viabilizando uma série de recursos que se colocam ao dispor destes extensos contingentes de visitantes. Deste modo, há que louvar a estratégia do turismo cultural que várias entidades públicas ou privadas cuidam energicamente de incentivar, entre outras razões por constituir um excelente meio de angariação de riqueza para a nação, e consequentemente, de elevação do nível de vida dos cidadãos. Sem dúvida, nos últimos anos, esta modalidade turística tem vindo a afirmar-se cada vez mais no panorama interno, formando, incontestavelmente, uma alternativa viável ao turismo convencional de praia, dinamizando áreas como o Interior de Portugal, desprovido da beleza do mar. (LUÍS, 2013, p. 7)

Tanto em Covilhã quanto em Diamantina, essa modalidade de turismo tem sido incentivada, enfatizando-se seus atributos culturais sejam eles materiais ou imateriais. Os *tourings* culturais e paisagísticos, tão comuns no espaço europeu, são uma modalidade em crescente expansão nas duas cidades. Têm como

motivação principal, descobrir, conhecer e explorar os atrativos de uma região, por meio de percursos, rotas ou circuitos de diferentes durações e extensões, em viagens independentes ou organizadas. Dois tipos de *touring* se destacam, o genérico – rotas ou circuitos de conteúdo abrangente e diverso –, e o temático – rotas ou circuitos focalizados num determinado tema, por exemplo, Rota dos Castelos de Portugal. Dessa forma, o patrimônio natural, o histórico e o cultural despontam como a base das viagens de *touring*.

Foi nesse sentido que, recentemente, se tem investido na definição de um circuito que abrangerá uma vasta região, incluindo a Serra da Estrela e Covilhã. Trata-se do projeto Rota da Lã – Translana, apresentado numa perspectiva patrimonial, efetuando a descrição dos diversos percursos que a integram, no âmbito de sua valorização turística. Justifica-se esse projeto de turismo cultural pelo fato de que, apesar de extinta, a longa transumância¹⁴ continua presente na memória identitária das populações locais, sobretudo daquelas que, mais diretamente, conviveram com o fenômeno, constituindo-se num importante elemento de diferenciação cultural e de valorização de um território marginal, que se estende muito para além dos limites da Serra da Estrela (CORDEIRO, 2012). As rotas estabelecidas refletem, principalmente, os caminhos percorridos no século passado, mas que são, com certeza, reflexo de uma tradição muito mais antiga que foi sendo transmitida pelos pastores de geração em geração. Píñheiro afirma que o trabalho desenvolvido no âmbito do Projeto Rota da Lã – Translana,

[...] envolvendo o inventário, a georeferenciação, a caracterização e a classificação dos elementos patrimoniais associados à cultura laneira da região de estudo – vias de transumância e unidades fabris – representou o primeiro passo de um caminho que ambiciona contribuir para a conservação, a reabilitação ou a reconversão de muitos destes bens e espaços, que se querem manter, tão preservados, quanto vivos e funcionais, procurando em todos eles salvaguardar as memórias que

14 Transumância é o deslocamento sazonal dos rebanhos para locais que oferecem melhores condições em um período do ano. No caso da Serra da Estrela, o gado laneiro era levado, no verão, para as regiões altas afim de lanar.

carregam e que constituem verdadeiramente o espírito do lugar. (PINHEIRO, 2009, p. 383)

Este projeto constitui-se, assim, em uma referência para a promoção do desenvolvimento socioeconômico de uma região periférica do interior de Portugal, por meio do turismo cultural. Dessa forma, a valorização turística da Rota da Lã na região da Beira Interior, "projecta-se atendendo prioritariamente às pessoas que nela habitam, subordinando-se à sua cultura e expressão social. Mais do que preparar os lugares para serem visitáveis, é preciso que sejam, em primeiro lugar, habitáveis, enquanto espaços de qualidade, sobretudo de qualidade de vida". (PINHEIRO, 2009, p. 383)

Os percursos da Rota da Lã ainda não estão sendo percorridos na sua totalidade. Necessitam de estrutura e equipamentos voltados para o setor de serviços e que atendam as demandas turísticas, mas, o que fica evidente nesse projeto é que a cultura aparece como um importante recurso turístico. Vaz reforça o papel do turismo cultural para Covilhã, afirmando que:

lulm centro urbano portador de história é um produto vendável. O centro da cidade pode corresponder a esta vontade de realizar não só percursos urbanos no espaço da cidade como viagens imaginárias no tempo. O turismo cultural acontece com pressupostos de atracção bem sedimentados, um "recheio" que conta histórias, capaz de se "oferecer" à leitura do passado da cidade. [...] qualificar a cidade implica atribuir-lhe o sentido de motivar ou de ter capacidade de receber, de reciclar e de exportar ideias, sensibilidades e projectos que melhorem a qualidade de vida dos habitantes e que singularizam a cidade da Covilhã na competição internacional, reforçando a notoriedade e a atractividade locais. É importante que as intervenções estejam de acordo com o património cultural da cidade (em sentido lato, isto é, património edificado e artístico, histórico e linguístico, identitário e sociocultural) e com o seu potencial contemporâneo (inovar, respeitando e valorizando o sentido do lugar). (VAZ, 2010, p. 216)

Na cidade de Diamantina, é a Estrada Real ou Rota dos Diamantes, um exemplo dos tourings culturais e paisagísticos europeus. A atividade mineradora foi o impulso para o povoamento do interior do Brasil. Em Minas, onde a mineração foi mais expressiva, muitos caminhos foram construídos para atender as

necessidades de escoamento do ouro e dos diamantes até o litoral e daí para Lisboa. A expressão Estrada Real já era encontrada nos registros da Metrópole desde 1653 e refere-se aos caminhos controlados pela Coroa e onde, usualmente era cobrado o imposto de passagem. A expressão era usada para designar

[...] os caminhos do período colonial onde o poder do Estado se fez presente em forma de registros ou outros pontos de cobrança, seja de pedágios, dos direitos de entrada, seja do quinto do Ouro. Assim, nas Minas, as Estradas Reais surgiram em decorrência da inserção do interior do Brasil na política fiscal exercida na Colônia. [...] o objetivo primordial do controle dos caminhos era a arrecadação dos quintos do ouro, sempre confiada a funcionários régios. (RENGER, 2007, p. 135)

O termo Estrada Real fica, então, conhecido em Minas como um conceito fiscal. Daí ao longo dos trajetos existirem vários Registros, um tipo de alfândega onde era cobrado o direito de passagem dos transeuntes, de acordo com o número de escravos, muares e cavalos que levavam, e também os impostos sobre as mercadorias e o ouro. Formaram-se, diferentes tipos de Registros, situados em locais estratégicos, como desfiladeiros de serras, margens de rios, com o intuito de facilitar sua atuação. Dessa forma, existiam os Registros do ouro, da Demarcação Diamantina, das entradas, de contagens, cada qual com suas funções. Um administrador, um contador, dois guardas e quatro soldados eram os responsáveis por cada Registro. (RENGER, 2007).

As principais estradas da colônia à época da mineração eram o Caminho Velho, o Caminho Novo e o Caminho da Bahia. Havia ainda um trecho de continuação do Caminho Velho, chamado Caminho de Sabarabuçu e, claro, o Caminho para o Distrito dos Diamantes ou Caminho dos Diamantes. O Caminho da Bahia referia-se mais ao abastecimento da região mineradora, com toda sorte de mercadorias, principalmente o Distrito Diamantino.

Esses caminhos da Estrada Real têm sido objeto de um programa de desenvolvimento turístico que propõe o uso sustentável do seu potencial natural, histórico e cultural, dentro do Projeto Estruturador de Destinos Turísticos Estratégicos da Secretaria

Estadual de Turismo, com o apoio do Ministério do Turismo e do Instituto Estrada Real, criado pela Federação das Indústrias de Minas (FIEMG). A Estrada Real é, atualmente, objeto de análise do Comitê de Avaliação de Candidaturas, da Unesco, a Patrimônio Mundial e pode vir a ser reconhecida, até 2015, como rota cultural, tal como já aconteceu com o Caminho de Santiago de Compostela. Abrangendo em torno de 199 municípios, nos estados de Minas, Rio e São Paulo, estende-se por mais de 1,6 mil quilômetros, partindo de Diamantina com destino ao litoral do Rio, porto de onde partiam as riquezas do Brasil para a Metrópole.

A Estrada Real representa, dessa forma, por sua abrangência e significado cultural, muito mais que uma simples rota, mas a possibilidade de se recuperar e fortalecer as importantes manifestações culturais dos mais de 190 municípios que a compõem. No caso de Diamantina, por exemplo, o destaque para a identidade musical da cidade, com suas Serestas e Vesperatas, bem como todo o arsenal de composições de grandes instrumentistas brasileiros que por lá estiveram desde a fundação do Arraial do Tijuco, destaque para Lobo de Mesquita, que viveu no arraial no século XVIII e formou uma legião de músicos profissionais.

Diamantina e Covilhã, como aqui evidenciado, em suas histórias e vivências particulares, apresentam aproximações relevantes, trilham um caminho semelhante, às voltas com a relação entre patrimônio cultural e turismo. Os enfrentamentos que terão para atenuar os conflitos presentes nessa relação, são os maiores desafios para o futuro dessas duas cidades, repletas de "lugares de memória", arcabouço das "referências culturais" de suas gentes e da humanidade também.¹⁵

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORDEIRO, José Manuel Lopes. Rota da lã – transla: uma obra de referência sobre o patrimônio da indústria de lanifícios. Covilhã: *Revista*

15 Para saber mais sobre Lobo de Mesquita ler: LANGE, Francisco Curt. Os compositores na Capitania Geral das Minas Gerais. Marília: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1965. (Separata da Revista Estudos Históricos, n. 3 e 4)

- Ubmuseum*, n. 1, 2012. Disponível em: <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/artigos.html>. Acesso em: out. 2012.
- DIAS, Luiz Fernando de C. *História dos lanifícios (1750-1834): documentos*. Lisboa: [s/n], 1958. Volume 3.
- FERNANDES, Antonio Carlos; CONCEIÇÃO, Wander. *La Mezza Notte: o lugar social do músico e a origem das Vesperatas*. Diamantina: UFVJM, 2007.
- FURTADO, Junia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- HONNEM, Isolda. *Avaliação de Sítio Geológico e Paleontológico: para candidatura a Patrimônio Natural*. Disponível em: www.iphan.gov.br. Acesso em: fev. 2013.
- LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A capitania das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1978. (Coleção Reconquista do Brasil, n. 51).
- LUÍS, Alexandre Antônio da Costa. Notas soltas sobre a história regional e local e o Patrimônio Cultural. Covilhã: *Revista Ubmuseum*, n. 2, 2013. Disponível em: <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/docs/ubimuseum-n01-pdf/CS3-luis-alexandre-historia-regional-local.pdf>. Acesso em: fev. 2013.
- MACHADO FILHO, Aires da Mata. *Arraial do Tijucu, cidade Diamantina*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1980. (Coleção Reconquista do Brasil (nova série), n. 9).
- _____. *O negro e o garimpo em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1985. (Coleção Reconquista do Brasil (nova série), n. 88).
- MILHEIRO, Ana Vaz. Por uma cidade amável: espaços públicos e programa Polis na Covilhã. Lisboa, Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, *Revista Monumentos*, n. 29, p. 54- 61, 2009.
- MINEIRO, João. Experiências coletivas, solidariedades e identidades: o caso do movimento operário da Covilhã. Covilhã: UBI, *Revista Ubmuseum*, 2013. Disponível em: www.ubimuseum.ubi.pt. Acesso em: jan. 2013.
- NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. São Paulo, Educ, *Revista Projeto História*, n. 10, p. 7-28, 1993.
- PINHEIRO, Elisa Calado (Coord.). *Rota da Lã – Translana: percursos e marcas de um território de fronteira, Beira interior (Portugal)*, Comarca

- Tajo-Salor-Almonte (Espanha). Covilhã: Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior, 2009.
- PINHEIRO, Elisa C.; SILVA, Manuel José S. A Covilhã: uma paisagem cultural evolutiva. Algumas notas sobre a (re)construção das memórias industriais da cidade. Covilhã, *Revista Ubimuseum*, n. 1, 2012. Disponível em: <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n01/artigos.html>. Acesso em: out. 2012.
- RENGER, Friedrich E. A origem histórica das estradas reais nas minas setecentistas. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *As Minas Setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2004. (Coleção Reconquista do Brasil, v. 236).
- SANTIAGO, Luís. *Tejuco: arraial setecentista*. Pedra Azul: Ed. do autor, 2010.
- SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino*. 4 ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1976. (Coleção Reconquista do Brasil n. 26).
- SILVA, Almir Neves Pereira da. *Diamantina: roteiro turístico*. 2ª ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1975.
- SILVEIRA, Gilmar T.; GASTAL, Susana. Turismo em cidades históricas: emprego e renda em Tiradentes/MG. In: RIBEIRO, Marcelo (Org.). *Olhares sobre o patrimônio cultural: reflexões e realidades*. Rio Grande do Sul: Asterisco, 2010. p. 58-75.
- VASCONCELOS, Sílvio de. A formação urbana do arraial do Tejuco. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro: IPHAN, n. 14, 1959.
- VAZ, Domingos Martins. A Covilhã vista pelos covilhanenses: representações e práticas sobre uma urbanidade em transformação. *Fórum Sociológico*, n. 18, p. 89-101, 2008.
- _____. Patrimônio urbano serrano: urbanismo tradicional e cultura operária na Covilhã (Portugal). *Revista Ciudades*, n. 13, p. 201-218, 2010.

SÍTIOS PESQUISADOS:

passadicovirtual.blogspot.com – Informativo eletrônico de Diamantina

<http://www.turismo.gov.br> – EMBRATUR

<http://www.cultura.gov.br> – Ministério da Cultura

<http://www.unesco.org.br> – UNESCO Brasil

<http://www.iepha.mg.gov.br> – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico

<http://www.ief.mg.gov.br> – Instituto Estadual de Florestas

<http://www.caged.gov.br> – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

<http://www.iphan.gov.br> – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

<http://www.aatt.org.pt> – Associação dos Amigos da Torre do Tombo

<http://www.bnpt.org.pt> – Biblioteca Nacional de Portugal

<http://www.pordata.pt> – Estatísticas, gráficos e indicadores dos Municípios de Portugal

<http://www.unesco.org> – UNESCO mundial

<http://www.icomos.org.br> – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

<http://www.igespar.pt> – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

<http://www.inec.pt> – Instituto Nacional de Estatística

<http://www.turismodeportugal.pt> – Ministério do Turismo de Portugal

expresso.sapo.pt – Jornal Expresso online

RESUMO

As discussões recentes sobre o registro dos bens culturais de natureza intangível, bem como a Convenção de 2003 da Unesco consolidaram uma nova fase de estudos e pesquisas das diversas manifestações culturais em diferentes países. Dessa forma, os rumos que estão tomando os estudos e as políticas para o reconhecimento das manifestações culturais, no Brasil e em Portugal, são o eixo condutor desse exercício de aproximação entre as cidades de Covilhã , Portugal e Diamantina, Brasil.

Palavras-chave: Cultura, Patrimônio cultural, Turismo, Turismo cultural.

ABSTRACT | COVILHÃ, THE PORTUGUESE MANCHESTER
AND DIAMANTINA, THE NORTH'S ATHENAS: AN
APPROXIMATION EXERCISE

Recent discussions about the record of the cultural objects of intangible nature and the 2003 Unesco Convention consolidated a new phase of studies and research of various cultural events in different countries. Thus, the direction they are taking the studies and policies for the recognition of cultural manifestations, in Brazil and Portugal, are the main driving force this approximation between the cities of Covilhã, Portugal and Diamantina, Brazil.

Keywords: Culture, Cultural heritage, Tourism, Cultural tourism.

RESUMEN | COVILHÃ, EL MANCHESTER PORTUGUÊS Y
DIAMANTINA, LA ATHENAS DEL NORTE: UN
EJERCICIO DE ACERCAMIENTO

Los recientes debates en el expediente de los bienes culturales de naturaleza intangible y la Convención de la UNESCO 2003, consolidan una nueva fase de estudios e investigaciones de varios eventos culturales en diferentes países. Por lo tanto, la dirección que están tomando los estudios y las

políticas para el reconocimiento de las manifestaciones culturales, en Brasil y en Portugal, son el principal motor de este el acercamiento entre las ciudades de Covilhã, Portugal y Diamantina, Brasil.

Palabras clave: Cultura, Patrimonio cultural, Turismo, Turismo cultural.